



ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE ENTIDADES AVALIADORAS E PRODUÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL

ANALYSIS OF THE DISTRIBUTION OF EVALUATION ENTITIES AND ORGANIC PRODUCTION IN BRAZIL

ANÁLISIS DE LA DISTRIBUCIÓN DE ENTIDADES DE EVALUACIÓN Y PRODUCCIÓN ORGÁNICA EN BRASIL

Regiane Fernandes Ribeiro^{1*}

¹Mestranda em Geografia, UNESP, Rio Claro, SP, Brasil.

*Autor correspondente: regiane.f.ribeiro@unesp.br.

Recebido: 10/08/2025 | Aprovado: 25/08/2025 | Publicado: 06/09/2025

Resumo: A agricultura orgânica tem se consolidado como uma alternativa sustentável à produção convencional, reduzindo impactos ambientais e promovendo a segurança alimentar. No Brasil, o crescimento desse setor tem sido impulsionado por políticas públicas e certificações que garantem a conformidade dos produtos com os padrões regulatórios. Com isso, este estudo tem como objetivo analisar as informações dispostas no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Para tal, utilizou-se os dados do CNPO, planilha de 20 de janeiro de 2025, com os seguintes recortes: a) unidades produtivas orgânicos nacionais; b) entidades avaliadoras de conformidade; c) categorias de produção e processamento e atividades; d) regiões geográficas e Brasil. Os resultados apontam que as regiões Sul e Nordeste concentram o maior número de unidades produtivas orgânicas, enquanto o Centro-Oeste apresenta baixa representatividade. Além disso, verificou-se que as certificadoras por auditoria predominam na avaliação de conformidade, seguidas pelos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC) e pelas Organizações de Controle Social (OCS), sendo a produção primária vegetal a mais relevante. Apesar do avanço na produção orgânica no Brasil, desafios como a burocracia da certificação e a necessidade de incentivos regionais ainda limitam a expansão do setor.

Palavras-chave: Agricultura orgânica. Certificação orgânica. Conformidade. Produção sustentável. Políticas públicas.

Summary: Organic agriculture has been consolidating as a sustainable alternative to conventional production, reducing environmental impacts and promoting food security. In Brazil, the growth of this sector has been driven by public policies and certifications that ensure products comply with regulatory standards. Therefore, this study aims to analyze the information provided in the National Register of Organic Producers (CNPO) of the Ministry of Agriculture and Livestock (MAPA). For this, data from the CNPO, dated January 20, 2025, was used, with the following classifications: a) national organic production units; b) conformity assessment entities; c) production and processing categories and activities; d) geographic regions and Brazil. The results indicate that the South and Northeast regions concentrate the highest number of organic production units, while the Midwest shows low representation. Additionally, it was found that the certified certifiers dominate the conformity assessment, followed by Participating Organizations for Conformity Assessment (OPAC) and Social Control Organizations (OCS), with primary plant production being the most relevant. Despite the advances in organic production in Brazil, challenges such as the bureaucracy of certification and the need for regional incentives still limit the sector's expansion.

Keywords: Organic agriculture. Organic certification. Conformity. Sustainable production. Public policies.

Resumen: La agricultura orgánica se ha consolidado como una alternativa sostenible a la producción convencional, reduciendo los impactos ambientales y promoviendo la seguridad alimentaria. En Brasil, el crecimiento de este sector ha sido impulsado por políticas públicas y certificaciones que garantizan la conformidad de los productos con los estándares regulatorios. Este estudio tiene como objetivo analizar la distribución de las entidades evaluadoras de conformidad orgánica en Brasil, identificando la cantidad de productores registrados en el Catastro Nacional de Productores Orgánicos (CNPO) y la evolución de la producción orgánica en los últimos años. La metodología incluyó el análisis de datos secundarios provenientes de informes institucionales y bases oficiales. Los resultados muestran que las regiones Sur y Nordeste concentran el mayor número de unidades productivas orgánicas, mientras que el Centro-Oeste presenta una

baja representatividad. Además, se verificó que las certificadoras predominan en la evaluación de conformidad, seguidas por los Organismos Participativos de Evaluación de la Conformidad (OPAC) y las Organizaciones de Control Social (OCS). A pesar del avance de la producción orgánica en Brasil, desafíos como la burocracia de la certificación y la necesidad de incentivos regionales aún limitan la expansión del sector. Los hallazgos de este estudio contribuyen a la formulación de políticas públicas orientadas al fortalecimiento de la agricultura orgánica en el país.

Palabras Clave: Agricultura orgánica. Certificación orgánica. Conformidad. Producción sostenible. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura convencional, ou industrial, tem sido amplamente questionada devido aos seus impactos ambientais, como o desmatamento para expansão agrícola e a contaminação de solos e corpos de água decorrentes do uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos e pesticidas. Segundo Ehlers (1996), esses resíduos frequentemente escoam com a água da chuva, intensificando a poluição. É importante destacar que, já na década de 1970, os riscos associados ao uso excessivo de agrotóxicos tornaram-se evidentes, com numerosos casos de intoxicação humana e contaminação ambiental (Alves Filho, 2002). O uso do agrotóxico permanece no mundo com tendência crescente. De acordo com Bombardi (2023), o montante vendido de agrotóxico em 2017 foi de US\$ 44 bilhões, aumentando para US\$ 56 bilhões em 2020 e em volume, no caso específico do Brasil, para 2021, foi utilizado 719 mil toneladas de agrotóxico, volume superior ao dos Estados Unidos e China.

Considerando esse volume de agrotóxico, formas alternativas de agricultura se fazem fundamental. Isso posto, tem-se a agricultura orgânica como uma alternativa sustentável que visa equilibrar a produção agrícola com a conservação ambiental. Esse modelo se alinha ao conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório Brundtland que incorpora diferentes abordagens produtivas (López, Aquino & Assis, 2011). Darolt (2006) identifica quatro vertentes principais dentro da agricultura alternativa: biodinâmica, biológica, orgânica e natural. Embora compartilhem fundamentos, a agricultura orgânica e a biodinâmica diferem em complexidade, sendo a primeira focada na sustentabilidade do solo e a segunda incorporando elementos esotéricos (Darolt, 2002). Para o objetivo deste artigo, considera-se apenas a agricultura orgânica.

No Brasil, o fortalecimento da agricultura orgânica tem sido impulsionado por políticas públicas e incentivos institucionais. Nesse sentido, ressalta-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, e a Lei nº 11.947/09 que regulamenta a alimentação escolar, ambos são exemplos de como a institucionalização pode fomentar a produção orgânica (Brasil, 2003, 2009). O PAA permite que pequenos agricultores comercializem seus produtos para escolas, hospitais e outras instituições públicas, enquanto a Lei nº 11.947/09 estabelece que pelo menos 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sejam destinados à compra de alimentos da agricultura familiar, priorizando produtos orgânicos e agroecológicos (Companhia Nacional de Abastecimento, 2008).

Para a produção e comercialização de produtos orgânicos, faz-se importante a certificação, pois garante a conformidade dos produtos com padrões regulatórios, bem como facilita o acesso aos mercados institucionais nacionais e internacionais, logo a certificação desempenha um papel fundamental na consolidação da agricultura orgânica. O Brasil conta com o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), que

regulamenta três formas principais de certificação: a) certificação por auditoria (certificadora) que é realizada por empresas credenciadas e que garantem o selo orgânico após inspeção rigorosa; b) Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC) que são sistemas participativos de garantia (SPG), por meio de processos coletivos em que produtores, consumidores e técnicos avaliam conjuntamente a conformidade dos produtos; c) Organizações para o Controle Social (OCS) que são voltadas exclusivamente para a agricultura familiar, permitindo a comercialização direta sem necessidade de certificação formal (Pinheiro, 2012; Oliveira *et al.*, 2024).

Essas entidades desempenham um papel essencial na regulação e expansão da agricultura orgânica no Brasil, promovendo a credibilidade do setor e facilitando a inserção de produtores em mercados competitivos. Além disso, a evolução da produção orgânica no país acompanha uma tendência global. De acordo com o Instituto de Pesquisa em Agricultura Orgânica (FiBL, 2024), a área de produção orgânica está em expansão em todos os continentes, com destaque para a Oceania, seguida pela Europa e América Latina. O Brasil está entre os dez países com maior área ocupada por cultivos orgânicos, totalizando 996.413 hectares e está entre os países que mais expandiram sua produção entre 2013 e 2022 (FiBL, 2024).

Apesar dessa área destinada à produção de orgânico, observa-se, no Brasil, oscilações na área destinada para essa produção, em que entre 2006 e 2015 houve uma redução de 46,77% na área, enquanto de 2016 a 2020 verificou-se um crescimento de 20%, seguido por uma nova redução de 323.541 hectares até 2022 (Willer; Yussefi, 2024). Esse comportamento reflete desafios estruturais, como a adaptação ao mercado, custos de certificação e políticas de incentivo.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as informações dispostas no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Para tanto, tem-se como objetivo específico identificar a quantidade produtores orgânicos e de entidades avaliadoras de conformidade, bem como as categorias de produção de orgânicos por região geográfica e para Brasil. A compreensão desses fatores é essencial para subsidiar políticas públicas e fortalecer o setor orgânico brasileiro.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Metodologia da pesquisa

As análises realizadas neste artigo basearam-se nos dados disponíveis no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), fornecidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) para consulta pública online. A coleta dos dados, em formato de planilha de Excel, ocorreu no dia 20 de janeiro de 2025. Esses dados são divulgados a cada 10 dias e são preenchidos pelas entidades de avaliação de conformidade. Referem-se exclusivamente para produtos comercializados no Brasil, seja de origem nacional seja internacional, conforme contato com o MAPA. Ressalta-se que para esta pesquisa utiliza-se apenas os dados dos produtores nacionais.

É importante considerar que nessa planilha há várias informações tais como: “tipo de entidade” que se refere à classificação das organizações que regulamentam e certificam produtos orgânicos; “entidade” que apresenta o nome das organizações reguladoras distribuídas em todo o Brasil; país, Unidade Federativa (UF) e município das unidades produtoras; situação da condição do produtor (ativo ou inativo) no momento do cadastro;

escopo que se refere aos tipos de atividades realizadas em cada propriedade; e as atividades que detalham os produtos cultivados, produzidos e processados por cada unidade.

Para este artigo, adotou-se, como recorte territorial, a escala nacional, bem como as cinco regiões geográficas do Brasil. Quanto aos dados, selecionou-se: a quantidade de entidades, por Certificadora, OCS e OPAC para país e região; as atividades realizadas em cada unidade produtiva, por categoria (produção primária vegetal, extrativismo, produção primária animal, processamento, cogumelos e sem informação) para país e região. Nesse caso, também foi exemplificado alguns tipos de atividades.

A organização dos dados se deu no software Excel 2013, a partir de tabelas e quadro, utilizando como valor a quantidade observada e o percentual para possibilitar a interpretação dos resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Produtores Brasileiros Registrados no CNPO e Distribuição das Entidades Reguladoras no Brasil

A partir dos dados provenientes do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), pode-se identificar que, em 2025, têm-se 25.339 produtores orgânicos registrados no país, frente a 23.926 produtores em 2023, de acordo com Oliveira *et al.* (2024), o que representa um crescimento de 1.413 produtores, ou seja, de 6% de 2023 para 2025.

Esses produtores, para atuar, precisam ser avaliados por certificadoras que, no CNPO, se dividem em três tipos (Certificadora por auditoria, OPAC e OCS). No Brasil, têm-se a distribuição dos produtores orgânicos por esses tipos de certificadoras, sendo que 10.736 produtores (42,4%) são avaliados por certificadoras por auditoria, seguido pelos OPAC com 38,2% e pela OCS com 19,4%, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição das entidades avaliadoras de conformidade por produtores orgânicos no Brasil, em 2025, por quantidade e porcentagem.

Entidades	Total de certificadoras		Certificadoras por tipo de entidade
	Quantidade	Porcentagem (%)	Quantidade
Certificadora (auditoria)	10.736	42,4	10
OCS	4.915	19,4	367
OPAC	9.688	38,2	39

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de Brasil (2025).

Na Tabela 1, pode-se observar também que a maior diversidade de certificadoras por tipo de avaliadora de conformidade é da OCS, com 367 entidades diferentes, seguida do OPAC com 39 e Certificadora por auditoria com 10. Nesse caso, é possível fazer uma listagem das certificadoras, bem como da quantidade de produtores que são avaliados (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição das entidades certificadoras por auditoria considerando a quantidade de produtores orgânicos, em 2025, no Brasil.

Certificadoras por Auditoria	Quantidade	Porcentagem (%)
Agricontrol Ltda (OIA Brasil)	103	0,96
Ecocert Brasil Certificadora	4.089	38,09
Genesis Certificações	411	3,83
IBD Certificações Ltda	4.646	43,27
Instituto Certifica	260	2,42
Instituto Chão Vivo (ICV)	207	1,93
Instituto de Tecnologia do Paraná	986	9,18
Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA	22	0,20
Instituto Nacional de Tecnologia - INT	9	0,08
Savassi Certificação Serviços Administrativos Ltda	3	0,03

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de Brasil (2025).

A principal entidade de certificação por auditoria é a IBD Certificações Ltda com 4.646 produtores orgânicos avaliados, seguido por Ecocert Brasil Certificadora com 4.089, o que representa respectivamente 43,27% e 38,09% desse tipo de entidade de avaliação.

É importante considerar que apesar da certificação orgânica no Brasil ocorrer predominantemente por auditoria, esse tipo apresenta custos elevados (Brancher, 2004), o que desestimula produtores a buscarem essa modalidade, apesar dos benefícios, como maior aceitação e credibilidade dos produtos (Souza; Batista; César, 2019). O Sistema Participativo de Garantia (SPG), gerenciado pelos OPACs, surge como uma alternativa mais acessível para pequenos e médios produtores, permitindo-lhes obter o selo do Sisorg, essencial para comercialização ampla, incluindo exportação. Por outro lado, a OCS é voltada exclusivamente para produtores familiares e não garante o selo do Sisorg, limitando a venda aos mercados diretos (Souza, Batista & César, 2019).

Freitas *et al.* (2016) destacam a necessidade de maior assistência técnica para produtores orgânicos, pois a falta de conhecimento sobre certificação impacta negativamente a adesão ao sistema de avaliação. Além disso, a baixa transmissão de informação, especialmente em regiões de reforma agrária, tende a dificultar a disseminação da certificação (Almeida, Oliveira & Xavier, 2010; Navas, Hirai & Oliveira, 2021). Ruano & Neuwald (2019) ressaltam que a expansão da certificação orgânica contribui para a redução do uso de agrotóxicos e de organismos geneticamente modificados, promovendo sustentabilidade ambiental.

A representatividade significativa das OCS reforça a importância do consumo local e do incentivo à agricultura familiar, uma característica marcante do setor orgânico no Brasil. Esse modelo tende a contribuir para o fortalecimento das economias locais e regionais, além de promover uma produção mais sustentável e próxima dos consumidores.

Os números evidenciam a robustez e a diversidade do sistema brasileiro, visto que consegue equilibrar práticas voltadas tanto para grandes mercados quanto para os pequenos produtores. Esse equilíbrio é fundamental para o crescimento sustentável do setor orgânico no país.

Distribuição geográfica dos Produtores orgânicos e por entidades certificadoras no Brasil

Nesta etapa, pretende-se verificar primeiramente quais regiões do Brasil apresentam maior percentual de unidades produtivas orgânicas, o que foi realizada com base nas Unidades Federativas (UF). Os resultados estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição das Unidades Produtivas por Região.

Região	Quantidade	Porcentagem (%)
Norte	4.178	16,49
Nordeste	7.804	30,80
Centro-Oeste	728	2,87
Sul	9.080	35,83
Sudeste	3.549	14,01

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de Brasil (2025).

A região Sul lidera na produção orgânica, com 9.080 unidades (35,83%), impulsionada por condições climáticas favoráveis e tradição agrícola sustentável. O Nordeste, com 7.804 unidades (30,80%), destaca-se pela adaptação ao semiárido e pelo fortalecimento da agricultura familiar e orgânica (Aquino, Alves & Vidal, 2020). No Norte, 4.178 unidades (16,49%) refletem desafios logísticos, mas valorizam sistemas agroflorestais (Cavalante *et al.*, 2024). O Sudeste, com 3.549 unidades (14,01%), tem menor participação devido à urbanização e ao domínio de grandes cadeias produtivas (Aguiar *et al.*, 2023). O Centro-Oeste, com apenas 728 unidades (2,87%), é impactado pela predominância do agronegócio de larga escala (Assunção & Depieri, 2022). Ademais, os dados reforçam a necessidade de políticas regionais para ampliar a produção orgânica e consolidar práticas sustentáveis.

Os resultados relativos à distribuição das entidades avaliadoras por região estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição de entidades de avaliação de conformidade orgânica por região do Brasil.

Região	Certificadora		OPAC		OCS		Total Região
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
Norte	3.207	76,76	127	3,04	844	20,20	4.178
Nordeste	3.051	39,10	2.314	29,65	2.439	31,25	7.804
Centro-Oeste	159	21,84	333	45,74	236	32,42	728
Sul	2.707	29,81	5.914	65,13	459	5,06	9.080
Sudeste	1.612	45,42	1.000	28,18	937	26,40	3.549
Total	10.736	42,37	9.688	38,23	4.915	19,40	25.339

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de Brasil (2025).

A distribuição da certificação no Brasil reflete as diferenças regionais. No Norte, 76,76% das certificações são realizadas por auditoria, devido ao potencial de exportação e produtos florestais (Sene *et al.*, 2022). No Sul, 65,13% dos produtores optam pelos OPACs, demonstrando forte organização e cooperação. O Nordeste equilibra os três sistemas, refletindo a diversidade agrícola e a força da agricultura familiar. No Centro-Oeste, os OPACs representam 46%, indicando um esforço por soluções sustentáveis dentro de um cenário tradicionalmente

voltado ao agronegócio. O Sudeste apresenta distribuição equilibrada entre os sistemas, mas com menor participação de OPACs.

A região Nordeste apresentou o maior crescimento na formalização de produtores orgânicos, com destaque para a certificação por OPACs (Souza, Batista & César, 2019). Essa certificação é reconhecida pelo MAPA, permitindo a comercialização em supermercados e restaurantes (Brito *et al.*, 2023). Entretanto, Andrade, Souza & Silva (2013) apontavam os desafios relacionados aos altos custos de certificação, como já apontava Brancher (2004), e o baixo nível de escolaridade dos produtores, o que dificulta o acesso à informação e cumprimento das exigências legais. Outro problema, identificado por Silva *et al.* (2022), é o êxodo de jovens do campo, impactando na continuidade da atividade e, portanto, refletindo diretamente a cadeia de produção orgânica.

Categorias de produção orgânica mais presentes no Brasil e por Região

Para realizar, análises o tipo de atividades realizadas pelos produtores de orgânicos no Brasil, considerou-se as atividades classificadas em cinco categorias principais: Produção Primária Vegetal, Extrativismo, Produção Primária Animal, Processamento e Cogumelos (Matsumoto & Araújo, 2024). As respostas não são uniformes e foram agrupadas de acordo com as informações no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Em alguns casos, foi considerado também as informações preenchidas no campo Atividade, que ajuda a entender os tipos de produtos vendidos pelos produtores e conseqüentemente, o tipo de atividade que esse realiza. No entanto, 1.465 registros estavam vazios, impossibilitando sua classificação, o que pode indicar falhas no preenchimento ou na comunicação com os produtores.

O Quadro 1 apresenta a categorização das respostas fornecidas por produtores durante o preenchimento do campo "Escopo" do Cadastro Brasileiro de Produtores Orgânicos (CBPO) e exemplos produtos cultivados para cada categoria.

Quadro 1 – Categorização feita de acordo com as respostas dadas no item "Escopo" do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO).

Categoria	Respostas com maior frequência para o campo Escopo no CNPO	Exemplos de atividades mencionadas relativas à categoria
Produção Primária Vegetal	PPV Produção Orgânica Produção Primária Vegetal	Abóbora Feijão Laranja
Extrativismo	BR - Extrativismo Sustentável Orgânico Extrativismo orgânico vegetal Ext	Açaí Babaçu Palmito
Produção Primária Animal	Pecuária Produção Primária Animal	Ovos Mel
Processamento	Processamento de produtos de origem vegetal Processamento de produtos de origem animal Processamento de insumos agrícolas	Pão caseiro Cachaça Geleia
Cogumelos	Produção de cogumelos comestíveis Produção primária de cogumelos	Shimeji Shitake

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

É importante observar que há uma grande diversidade nas formas de preencher o campo escopo e atividades, o que demanda uma análise mais detalhada desses itens a depender do objeto de estudo. Quando se considera as diferentes formas de escrita em escopo, são identificados 238 tipos e quando se considera as atividades é possível encontrar um item de produto por produtor e até o máximo de 2.045 produtos, como é o caso de uma empresa de comércio e indústria de óleos de extratos e saneantes do Rio Grande do Norte.

A Tabela 5 apresenta a distribuição detalhada a partir das 5 categorias pré-estabelecidas, evidenciando a predominância do cultivo vegetal e a importância do extrativismo sustentável. Os registros incompletos (1.465) ressaltam a necessidade de melhorias no preenchimento do cadastro para aprimorar a representatividade e a análise dos dados.

Tabela 5 – Contagem de categorias de produção agrícola no Brasil.

Categoria	Quantidade	Porcentagem (%)
Produção Primária Vegetal	16.568	65,39
Extrativismo	4.012	15,83
Produção Primária Animal	1.941	7,66
Processamento	1.349	5,32
Cogumelos	4	0,02
Vazios	1.465	5,78
Total	25.339	100,00

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de Brasil (2025).

A Produção Primária Vegetal é a categoria mais representativa, abrangendo 65,39% dos produtores. Essa predominância reforça a importância da agricultura orgânica no cultivo de vegetais, frutas e grãos, com exemplos frequentes como abóbora, feijão e laranja. Ressalta-se que os óleos de extratos estão dentro dessa categoria. O Extrativismo responde por 15,83% dos registros e reflete o aproveitamento sustentável de produtos nativos, como açaí, babaçu e palmito, especialmente em biomas como a Amazônia e o Cerrado. A Produção Primária Animal, embora com menor representatividade, inclui atividades como pecuária, apicultura e produção de ovos e mel, contribuindo para a diversidade da oferta de alimentos orgânicos.

O Processamento envolve a transformação de matérias-primas orgânicas em produtos de maior valor agregado, como pães, cachaça e geleias. Apesar de menos expressivo em número, esse setor amplia as oportunidades comerciais dos produtores. Tem-se também a produção de cogumelos que representa a menor fração do total, mas apresenta potencial de crescimento devido à crescente demanda por alimentos saudáveis e diferenciados. Entre os produtos mais citados estão cogumelos shimeji e shitake.

A recorrência dessas categorias de produção orgânica também está apresentada por região geográfica na Tabela 6. Em relação a produção primária vegetal, o Sudeste lidera com 90,07% de sua produção orgânica voltada para a produção primária vegetal, seguido pelo Sul (82,01%) e Centro-Oeste (76,67%). O Nordeste tem um percentual relativamente menor (61,03%), mas ainda significativo. O Norte apresenta a menor proporção (24,11%), sugerindo que sua produção orgânica está mais diversificada ou voltada para outras categorias. Sobre a produção primária animal, o Nordeste se destaca com 21,55% da produção voltada para animais, seguido pelo

Centro-Oeste (14,19%) e o Sul (6,2%). O Sudeste (1,87%) e o Norte (0,90%) têm uma produção animal orgânica mínima em comparação.

Tabela 6 – Distribuição das categorias de produção agrícola orgânica por região do Brasil.

Região	Produção Primária Vegetal		Produção Primária Animal		Extrativismo		Processamento		Cogumelos	
	Contagem	%	Contagem	%	Contagem	%	Contagem	%	Contagem	%
	Norte	966	24,11	36	0,90	2.932	73,17	73	1,82	0
Nordeste	4.043	61,03	1.428	21,55	1.033	15,59	121	1,83	0	0,00
Centro-Oeste	470	7,67	87	1,41	21	3,43	33	5,38	2	0,33
Sul	2.909	82,01	220	6,20	25	0,70	393	11,08	0	0,00
Sudeste	8.180	90,07	170	1,87	1	0,01	729	8,03	2	0,02

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de Brasil (2025).

Na categoria extrativismo, o Norte é a região predominante, com 73,17%, refletindo a dependência do extrativismo na Amazônia. O Nordeste segue com 15,59%, enquanto as demais regiões apresentam valores baixos: 3,43% no Centro-Oeste, 0,70% no Sul e praticamente 0% no Sudeste.

Relativo ao processamento, Sul lidera com 11,08% e pelo Sudeste com 8,03%, possivelmente devido à maior presença de agroindústrias e capacidade de agregar valor. São seguidos pelo Centro-Oeste (5,38%) e pelo Nordeste e Norte, ambos com aproximadamente 2%. Quanto à produção de cogumelos orgânicos, constata-se apenas as regiões Centro-Oeste e Sudeste que possuem cada uma 50% da contagem nacional. No entanto, o número total (4) ainda é muito pequeno, indicando que essa é uma categoria incipiente no Brasil.

Em suma, as regiões Sudeste e Sul são fortemente voltadas para a produção primária vegetal, enquanto o Norte é dominante no extrativismo. Já o Nordeste tem uma produção mais diversa com a produção vegetal, animal e com expressiva produção extrativista. E o Sudeste e o Sul se destacam no processamento, mostrando maior capacidade de agregar valor às cadeias produtivas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos permitiu compreender a distribuição e algumas características do setor orgânico no Brasil. O crescimento do número de produtores evidencia o fortalecimento da produção orgânica no país. A diversidade das entidades reguladoras demonstra um equilíbrio entre certificação formal para exportação e mecanismos de controle participativo voltados para a agricultura familiar.

A distribuição geográfica dos produtores revela padrões regionais marcantes, com maior concentração no Sul e Nordeste. A predominância da Produção Primária Vegetal reflete a importância das culturas agrícolas na produção orgânica nacional. Apesar do crescimento, desafios persistem, como a necessidade de incentivos para o setor em regiões menos representadas e a melhoria na padronização do preenchimento dos dados no CNPO. Políticas públicas e incentivos regionais podem contribuir para ampliar o alcance e a viabilidade da produção orgânica no Brasil.

Esses resultados ressaltam a necessidade de políticas e estratégias regionais para fortalecer a produção orgânica, promover práticas sustentáveis.

Além disso, este estudo buscou ampliar a visibilidade das discussões sobre a produção orgânica brasileira. É importante ressaltar a diversidade de produtos, o que demonstra o potencial do setor e a necessidade de incentivar pesquisas voltadas ao aprimoramento das técnicas de plantio, desenvolvimento de ferramentas agrícolas e avanços em análises da produção orgânica. O fortalecimento da regulamentação e certificação da produção orgânica brasileira torna-se imprescindível para garantir a qualidade dos produtos e consolidar essa prática como uma estratégia eficaz para mitigar a insegurança alimentar.

Por fim, vale mencionar que um estudo mais aprofundado do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos se faz fundamental, principalmente identificando e mapeando as diversas certificadoras do cadastro e bem como os tipos de produtos, descritos como atividades, o que contribuiria sobremaneira para a compreensão do desenvolvimento real do orgânico no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, P. C. B., Passos, H. D. B., Pires, M. M., & Gomes, A. S. (2023). Urbanização e desenvolvimento sustentável: um panorama dos estados brasileiros. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 27, e73970. <https://doi.org/10.5902/2236499473970>
- Almeida, S. C. R., Oliveira, M. N., & Xavier, J. H. V. (2010). A descentralização da política nacional de ATER: uma experiência nos assentamentos de reforma agrária no noroeste mineiro-Brasil. *Sociedade & Natureza*, 22, 551–560. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300011>
- Alves Filho, J. P. (2002). *Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos*. Annablume; Fapesp.
- Andrade, A. J. P., Souza, C. R., & Silva, N. M. (2013). A vulnerabilidade e a resiliência da agricultura familiar em regiões semiáridas: o caso do Seridó Potiguar. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, 8(15), 1–30. <https://doi.org/10.14393/RCT81519590>
- Aquino, J., Alves, M. O., & Vidal, M. F. (2020). Agricultura familiar no nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. *Revista Econômica do Nordeste*, 51(Suplemento Especial), 31–54. <https://doi.org/10.61673/ren.2020.1271>
- Assunção, M. G., & Depieri, M. A. L. (2022). Os efeitos do desenvolvimento do agronegócio no Brasil: os casos do MATOPIBA e do Centro-Oeste Brasileiro. *Pesquisa & Debate*, 33(2 (60)), 169–187. <https://doi.org/10.23925/1806-9029.v33i2e59995>
- Bombardi, L. M. (2023). *Agrotóxicos e colonialismo químico*. Elefante Editora.
- Brancher, P. C. (2004). Importância da Certificação na definição dos preços de produtos orgânicos praticados na Região Metropolitana de Curitiba. In *XLII Congresso da SOBER* (pp. 11–28).
- Brasil. Lei nº 10.696, de 02 de Julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. [...]. (2003). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm
- Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola [...]. (2009). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm

- Brasil. Ministério da Agricultura e Pecuária. (2025). *Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos*. Brasília, DF. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>
- Brito, T. P., Aragão, S. S., Souza-Esquerdo, V. F., & Pereira, M. S. (2022). Perfil dos agricultores orgânicos e as formas de avaliação da conformidade orgânica no estado de São Paulo. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(3), e260825.
- Darolt, M. R. (2002). As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades. In M. R. Darolt, *Agricultura orgânica: inventando o futuro* (pp. 18–26). IAPAR.
- Darolt, M. R. (2006). *Agricultura orgânica: origens, princípios e perspectivas futuras*. Editora UFPR.
- Ehlers, E. (1996). *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. Livros da Terra.
- Freitas, S. L. R., Mendes, L. A., Gomes, D. F. C., Queiroz, P. J. B., Rabelo, R. E., & Silva, L. A. F. (2016). Certification, agricultural waste, organic production, herbal medicine and biotechnology in the conception of farmers of the State of Goiás. *Revista Ceres*, 63(4), 444–453. <https://doi.org/10.1590/0034-737X201663040003>
- López, A., Aquino, A. M., & Assis, R. L. (2011). *Agricultura de montanha: uma prioridade latente na agenda da pesquisa brasileira*. Embrapa.
- Matsumoto, L. E., & Araújo, E. G. (2024). Aplicação de “dashboard” como recurso de análise do cadastro nacional de produtores orgânicos (CNPO). *Anais do Simpósio Sul-Mato-Grossense de Administração*, 7(7), 96–119.
- Navas, R., Hirai, W. G., & Oliveira, M. A. A. (2021). Produção agroecológica na zona da mata alagoana: análise do uso de agrotóxicos e a alternativa orgânica em assentamento de reforma agrária. *Revista Nera*, 58, 212–228. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i58.7506>
- Oliveira, V. C., Massahud, R. T. R., Costa, J. F. O., Melo, L. D. F., Grugiki M. A., & Junior, J. L. A. (2024). Avanços da produção orgânica brasileira: estudo a partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 17(1), 4689–4705.
- Ruano, O., & Neuwald, R. A. (2019). *A importância de se reduzir o uso de agrotóxicos para a produção de alimentos saudáveis*. <http://www.mda.gov.br/sitemda/artigo-import%C3%A2ncia-de-se-reduzir-o-uso-deagrot%C3%B3xicos-para-produ%C3%A7%C3%A3o-de-alimentos-saud%C3%A1veis>
- Sene, S. M., Sartori, M., Raimundo, J. V. S., & Almeida, M. (2022). Transformações do setor florestal brasileiro entre 2006 e 2017. *Revista Terceira Margem Amazônia*, 8(19), 153–175. <https://doi.org/10.36882/2525-4812.2022v8i19>
- Silva, T. J., Oliveira-Filho, E., Navas, R., Oliveira, V. C., & Soares, E. C. (2022). Agricultura familiar no Baixo São Francisco: estudo de caso em comunidades rurais ribeirinhas em Alagoas. *Agrotrópica*, 34(3), 217–224. <http://192.168.3.118:8080/handle/1/2032>
- Souza, R. P., Batista, A. P., & César, A. S. (2019). As tendências da certificação de orgânicos no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 27(1), 95–117. <https://doi.org/10.36920/esa-v27n1-5>
- Willer, H., & Yussefi, M. (Eds.). (2024). *The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2024*. IFOAM, FiBL.